



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Reconhecimento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

## **XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019**

### **PERSPECTIVAS DE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A INFÂNCIA EM FEIRA DE SANTANA (1990-2010)**

1. Laiane Barros Dos Santos Menezes- PROBIC/CNPq, Graduando em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: laianebsm@gmail.com
2. Faní Quitéria Nascimento Rehem, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fanirehem@gmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Políticas, Educação Infantil

## **INTRODUÇÃO**

Gênero é uma palavra que pode ser empregada em vários ramos do conhecimento, somando a inúmeras interpretações. Algumas áreas ganham destaque nisso: na biologia se refere ao conjunto de espécies; na linguagem é interpretado como classe de palavras ou tipologias textuais, entre outros exemplos.

Vianna (2010, p. 154) justifica que “O conceito de gênero pode permitir que percebamos o caráter sociológico da construção dos sentidos e dos significados relacionados às masculinidades e feminilidades, e se assim for não estão dados em nossa configuração biológica e podem ser transformados”. Sua compreensão é alicerçada em idas e vindas. Todavia, é uma temática que para uma investigação histórica mais prudente atravessa a intersecção entre outras categorias, como a raça e a classe.

Trata-se de um debate que é resultado das lutas sociais, especificamente dos grupos das feministas, que ocorreram no século XX, movimentos esses de resistência e enfrentamento que se opuseram aos padrões de exclusão da mulher nas esferas sociais, das desigualdades entre os sexos.

Esse plano de trabalho faz parte do projeto de pesquisa nomeado como “O projeto modernizador e a publicização da educação na Bahia: trajetórias e ações dos sujeitos sociais e das instituições no período 1940-2010” que “tematiza a publicização da educação na Bahia, no período 1940-2010 e procura identificar e qualificar as ações empreendidas por diferentes agentes das políticas públicas para educação e seus desdobramentos para a edificação dos sistemas de educação e a promoção do acesso, permanência e sucesso escolar”.

Ao se lançar a buscar políticas educacionais voltadas para o combate à desigualdade de gênero e sua relação com a educação infantil, recortando o período de 1990 a 2010, insere-se no eixo 3 do projeto de pesquisa “políticas de atenção à infância e educação”, além de aludir ao eixo 5 que se acentua nos “movimentos sociais e educação na Bahia: trajetórias e processos de lutas dos

atores sociais” ao interrogar as forças sociais que pressionam pela implementação de tais políticas.

Em uma proposta de compor um trabalho significativo, o objetivo geral propõe investigar e mapear a existência ações políticas de educação que garantiram e colaboraram para a discussão e combate das desigualdades de gênero nas Instituições de Educação infantil de Feira de Santana entre os anos de 1990 e 2010. Tendo como objetivos específicos: Identificar e analisar o delineamento e implementação das políticas de educação para a infância em relação ao debate de gênero; Qualificar o lugar de atuação das forças sociais e das instituições nos processos de provocações, formulações e efetivação das políticas de gênero para a educação, especialmente, educação infantil; Verificar quais documentos legais sustentam a discussão de gênero como política de educação e suas respectivas relevâncias; Investigar quais ações sociais e políticas de combate à desigualdade de gênero foram realizadas até 2010 no município de Feira de Santana; Analisar os documentos legais que contemplam a discussão de gênero como política de Educação fazendo relação com os impactos na escola

## **MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA**

O tipo de pesquisa aqui adotada é a pesquisa qualitativa, na visão de Minayo (1994), esse tipo de pesquisa responde a aspectos de conceitos imensuráveis, a qual tem por finalidade investigar uma questão que ilustra manifestações sociais embaladas por sujeitos históricos de um determinado tempo e lugar, é cruzada por um globo de significados que é multifacetada.

Na construção teórica foi adotamos a pesquisa documental. Ela combina duas ações relacionais, a junção do que se pretende explorar com os referenciais selecionados e os dados obtidos no decorrer da escrita.

Para Ludke e André (1986), a pesquisa documental, é entendida como uma fonte estável e repleta de significações, que podem ser consultados várias vezes ao longo do tempo e fornecem informações sobre diferentes contextos. Nesse entendimento, apesar dos dados encontrados nos documentos serem resultados de uma dada realidade, de um determinado período, tudo que é retirado como elemento de pesquisa produz conhecimentos que não obedecem a uma linha de interpretação, mas são objeções que configuram um extenso guarda-chuva de ideias.

O desenvolvimento da pesquisa embasou não apenas no levantamento bibliográfico dos referenciais teóricos, como também foi efetivada pela coleta de dados dos documentos políticos legais da Educação no eixo da infância.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Neste ponto do trabalho, visando os objetivos traçados, inicialmente verificamos os documentos legais tanto nacionais quanto locais respectivamente que sustentam a discussão de gênero como política de educação e suas respectivas relevâncias; em segundo plano descrevemos a

identificação nas leis as políticas de educação para a infância que contemplam as questões de gênero. Fizemos um balanço dos documentos legais destacando o que se tem sobre a discussão de gênero.

Nesse sentido, constatou que em alguns dos documentos nacionais a discussão da temática em questão não aparece, Como a Constituição federal, que não trata e gênero em seu texto contempla os direitos humanos em uma visão mais global dos sexos, em outros momentos, alguns artigos asseguram algumas especificidades da mulher., Bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/90 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, que também não contém o debate de gênero, mesmo com a defesa da Educação como direito desde a infância. O que aparece como destaque na discussão de gênero é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998), que vai apresentar no decorrer das suas orientações, elementos que são aspectos importantes na formação integral das crianças como sujeitos múltiplos e diversos e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (BRASIL, 2013) posteriormente.

Na busca local de ações e documentos que abarquem gênero nas políticas da infância, o período de 1990- 2010 defendido pela problemática do trabalho não foi encontrado, assim, focamos no Plano Municipal de Educação (PME), tanto a proposta feita em 2012, Lei Nº 3.326, de 05 de junho de 2012 , quanto o Plano aprovado em 2016, Lei nº 3651 de 16 de dezembro de 2016

O Plano Municipal de Educação configura um planejamento educacional para o prazo de dez anos, construído em consenso com os documentos nacionais e estaduais. Ocorreu em conjunto com uma discussão participativa de sujeitos de várias áreas de atuação. A proposta inicial do PME, de 2012, estava trilhando um caminho colaborador na perspectiva de gênero, com diversas passagens que faziam referência.

Em 2015 em decorrência das modificações ocorridas no Plano Nacional, faz-se necessário revisar e adequar às diretrizes e metas do PME, . Durante 10 dias em julho de 2015, a sociedade civil através de representações de diferentes segmentos da sociedade se reuniu para debater e votar o PME. Este plano abre uma nova temática que não havia sido considerada no PME anterior: Gênero e sexualidade. No entanto, em que pese a democrática participação dos diferentes representantes da sociedade civil e a aprovação desta temática pela plenária da Conferência Municipal, ao chegar à Câmara de Vereadores esta temática foi suprimida do Plano Municipal.

Em 04 de abril de 2013 Foi criado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana o Departamento de promoção da igualdade de gênero na Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Feira de Santana. Tem por objetivo coordenar, orientar, supervisionar, controlar, e executar as ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social nas áreas do trabalho exercido para incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas, priorizando a promoção às atividades de melhoria de vida das mulheres e de minorias. Correlacionando

outras leis municipais, foram criados outros ordenamentos na perspectiva de garantir os direitos das mulheres, leis principalmente na questão da violência. Entretanto, ainda é enorme a defasagem no âmbito das políticas educacionais de gênero para infância no município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas de Educação se estabelecem como marcos importantes na história da educação no Brasil. Formalizar estudos a fim de aprofundar temas fundamentais ao desenvolvimento da infância como estágio inicial do ser humano, coloca-nos a interrogar em que ponto estamos em relação à formalização de políticas e ações que têm sido engendradas no intuito de elucidar temas que por muito tempo ficaram distantes do currículo escolar. Em meio a algumas dificuldades encontradas no decorrer do desenvolvimento desse trabalho, o último objetivo (analisar os documentos legais que contemplam a discussão de gênero como política de Educação fazendo relação com os impactos na escola), não se consumou pela falta de documentos. Dessa maneira, o presente trabalho se mostra como um passo de reflexão de como a discussão de gênero vem sendo alicerçada em Feira de Santana, de como as políticas locais tem sido formulada. Em meio a esse período de políticas conservadoras e ditatórias, é importante que continuemos a pensar novas formas de integrar as instituições escolares o debate de gênero desde a Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**: Disponível em: Brasília, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf)
- FEIRA DE SANTANA, Secretaria Municipal de Educação, **Plano Municipal de Educação**, Lei Nº 3.326, de 05 de Junho de 2012,
- FEIRA DE SANTANA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Lei nº 3362, de 05 de abril de 2013
- FEIRA DE SANTANA, Secretaria Municipal de Educação, **Plano Municipal de Educação**, Lei nº 3651, 16 de dezembro de 2016
- VIANNA, Claudia Pereira BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. (Org). **Gênero, Educação e Mídia**. São Paulo: Ícone, 2010
- LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.